

O novo livro de Francisco Weffort (*Por que Democracia?*) surgiu não apenas como o resultado de uma sólida vida acadêmica e de uma coerente atividade política. Uma motivação imediata para a sua elaboração foi uma conversa com um assessor da Embaixada Americana no Brasil. Entre as indagações que foram feitas ao autor, algumas delas (por exemplo: “Por que vocês falam tanto em democracia no Brasil? Por que democracia? Por que não revolução?”) o impeliram para uma discussão mais sistematizada sobre o tema com o leitor brasileiro. Este e outros pontos são amplamente esclarecidos no capítulo introdutório.

O livro se compõe de três partes. Na primeira delas, intitulada “Que tradição é esta?”, são discutidas as características das atividades sócio-políticas no Brasil. É ressaltada a hegemonia conservadora na história brasileira que, ao longo do tempo, tem conseguido não apenas definir o terreno de luta dos seus adversários como também, e principalmente, definir as suas próprias armas. Diz Weffort, a certa altura: “Não somos, no Brasil, apenas herdeiros de atitudes ambíguas e cínicas em relação à democracia. Somos também herdeiros de uma verdadeira cultura do golpe. O exemplo mais expressivo dessa cultura é o tratamento que, tradicionalmente, conferimos à lei e ao direito” (p. 42).

A segunda parte (Que transição é esta?) é dedicada ao exame das mudanças política, social e econômica de uma fase autoritária para uma outra, de luta democrática. E, nesse processo de mudança, a caminhada democrática vai definindo as identidades políticas e sociais dos que dela participam. Um aspecto importante desta caminhada é a crítica de uma concepção instrumental de democracia que é parte integrante da tradição política brasileira.

No bojo dessa concepção tradicional havia (e há) a crença “da utilidade do Estado como instrumento de democratização da economia e da sociedade” (p. 90). Assim, a grande novidade histórica do momento político brasileiro se localiza na descoberta “da sociedade como espaço da política, tanto a sociedade dos de cima quanto a dos de baixo” (p. 88). A preocupação de segmentos muito importantes da sociedade reside em organizar a democracia pela base. Diz Weffort que as instituições civis e os movimentos sociais estão em luta para fazer valer a sua autonomia em face do Estado e dos partidos.

Na terceira parte (“Democracia e revolução”) é defendida a noção de que os dois conceitos que compõem o seu título não se excluem um ao outro. Concordando com Arendt, Weffort diz que todas as revoluções têm como motivo essencial a conquista da liberdade e são elas, as revoluções, que criam as condições políticas para que as sociedades mudem. A mudança para ser feita de uma forma conseqüente e eficiente exige a participação, ou seja, a criação dos processos de participação. O característico da revolução, diz Weffort, é a predominância dos mecanismos da democracia direta sobre os mecanismos de representação. Já, numa democracia plena, diz o autor, há a predominância do sistema representativo, com a conseqüente separação do homem em produtor e cidadão. Esta discussão sobre democracia direta e democracia representativa, empreendida na última parte do livro, é das mais interessantes e acessíveis ao grande público. O exagero no uso da participação direta, como única forma realmente democrática, termina por conduzir à supressão das instituições representativas, assim como o exagero na utilização do princípio representativo acaba por suprimir a participação popular. Ensina Weffort que “a participação popular que se dá, de modo direto, nas ruas e nas praças tem de conviver com a participação em eleições para os parlamentos e para os governos. Não há dúvida de que existem tensões entre estes diferentes modos de participação popular. Em determinados momentos, estas tensões podem adquirir um caráter decisivo para os rumos do processo político. Mas são essenciais ao jogo democrático. Elimine-se um dos lados e todo o jogo democrático acabará sendo suprimido” (p. 125).

Diferentemente, por exemplo, de **O Populismo na Política Brasileira**, este novo livro de Francisco Weffort pode ser lido e entendido pelo público em geral e não apenas para os iniciados nas ciências sociais. Principalmente neste momento em que a sociedade brasileira como um todo discute a sua prática política, a leitura de **Por que Democracia?** torna-se imperativa não só para os trabalhadores do campo e da cidade como também para aqueles cientistas e tecnólogos que vivem da produção intelectual e que são os leitores mais prováveis desta revista especializada. Bem recentemente, em trabalho publicado na revista **Ciência e Cultura** (Vol. 36, nº 10,

outubro de 1984), José Leite Lopes, de forma bastante oportuna, lembrou que “a ciência não é apenas um catálogo de dados, nomes e proposições. A pesquisa científica é um processo dinâmico que inclui a interação da comunidade científica com seu ambiente, com forças políticas e sociais. As motivações para a pesquisa não são politicamente neutras. Pois a ciência, formando uma imagem interpretada do mundo, nos dá instrumentos para mudá-lo”.

Tenho a impressão que o livro de Francisco Weffort traz uma excelente contribuição para que todos aqueles que produzem conhecimento nas mais diversas áreas reflitam mais criticamente sobre as determinações, natureza e conseqüências daquilo que produzem de forma direta ou indireta.

Ivan Sérgio Freire de Sousa
EMBRAPA/DDT